

A bolsa de sustentabilidade.
Um novo mercado para o bilionário mercado do equilíbrio

Antonio Luís Guimarães de Álvares Otero*

"A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original."

Albert Einstein

Grande parte do progresso do ser humano é resultado de suas ilações filosóficas e suas relações com o conhecimento científico, que interroga e experimenta métodos, origens e fins, para poder sistematizar de maneira coerente os seus resultados e demonstrar, de maneira empírica, a sua validade e eficácia.

A criatividade provoca a polêmica e irrita a ciência, que ao pretender desacreditá-la, por muitas vezes termina por prová-la e adotá-la. Da invenção da roda, supostamente inútil, à impossibilidade do homem em chegar à lua, o talento humano sempre desafiou os preconceitos, invadiu a zona de conforto da sociedade e venceu incontáveis paradigmas na incessante busca por seu bem estar ou compensação.

Por vezes o progresso tropeçou, atingindo fins não pensados ou inesperados. Bombas explodiram na procura da energia e guerras foram travadas pelos valiosos recursos naturais. Com a experiência, a história nos mostrou que alguns sacrifícios são necessários, mas muitos deles poderiam ser evitados.

O progresso tem preço e seu valor é alto, tão alto que o homem descobriu que o futuro deve ser planejado e tal planejamento precisa ser feito no presente, quando há tempo de inteligentemente avaliar, utilizar e corrigir as condições e variáveis atuais, para atingir um fim ideal, como o que hoje se busca incessantemente para o nosso planeta, que é o da sustentabilidade.

Em razão da preocupação com a degradação do meio ambiente e uma real ameaça ao futuro de nosso planeta, todas as atividades humanas produtivas passaram a ser repensadas e reavaliadas, para que passem a ser sustentáveis. Como resultado, vários mecanismos vêm sendo criados nas últimas décadas, em todo o mundo, para restabelecer um equilíbrio que foi desprezado em nome do progresso.

Uma das mais eficazes iniciativas recentes foi a assinatura do Protocolo de Quioto, um acordo assinado pelos países ligados a ONU – Organização das Nações Unidas, para fixar limites e estipular controles sobre as atividades humanas no meio ambiente. Pelo protocolo, foi criado um mecanismo de flexibilização para viabilizar o processo de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono na atmosfera, que foi intitulado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Pelo MDL, foram criados os atualmente famosos créditos de carbono, que, como todos sabem, já somam bilhões de dólares em negócios nos mercados internacionais.

Em resumo, os créditos de carbono resultam de uma valoração monetária da poluição e são representados por certificados emitidos contra a redução de emissão de gases do efeito estufa. Sempre que os agentes (países, indústrias etc.) conseguem reduzir suas emissões de gases, adquirem o direito, manifestado em certificados, de poder vender a sua eficiência ambiental, nos mercados nacionais e internacionais, para aqueles que não conseguem atingir

as mesmas metas. Ou seja, foi criado um sistema mundialmente regulado, extremamente eficiente, para controlar e fomentar economicamente a preservação do meio ambiente.

Os créditos de carbono, por seus relevantes aspectos benéficos, principalmente por representar uma valoração econômica e significar uma compensação financeira para os agentes envolvidos, terminaram por ser coadjuvantes da "Sustentabilidade", um enunciado que toda a sociedade também passou a compreender automaticamente e adotar como princípio, tão logo passou a ter traduzido o seu contexto ecológico, cultural, social e econômico para o reconhecimento e compensação financeira, em caráter individual e coletivo.

Repentinamente, a Sustentabilidade passou a ser "palavra de ordem" com repercussão nacional e internacional. Na amplitude de sua ambiciosa e quase utópica nomenclatura, tem os créditos de carbonos apenas como uma micro-iniciativa dentro de um universo infinito de possibilidades.

A Sustentabilidade, por definição, representa todo o empreendimento humano que seja sistematicamente integrado por pelo menos quatro características [01]: que seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

Em conseqüência, nos últimos anos, os governos, a sociedade e os mercados em geral, por consenso, passaram a procurar e investir em empreendimentos sustentáveis, considerando que estes, por serem equilibradamente responsáveis, estão mais preparados para lidar com os riscos sociais, culturais, econômicos e ambientais inerentes às transformações sociais, o que gera valor a todos os agentes envolvidos e termina por projetar no presente, a segurança e rentabilidade de um futuro desejável.

Hoje, qualquer novo projeto que se preze traz em seu bojo o conceito da sustentabilidade. Tanto as ações governamentais, quanto as melhores práticas empresariais correntes adotaram o virtuoso ciclo sustentável, para produzir

bens e prestar serviços que se utilizem de materiais recicláveis e energias renováveis, tendo o respeito à sociedade e o mercado em que atuam como uma autêntica missão.

No Brasil e no mundo passaram a surgir iniciativas para valorizar a sustentabilidade.

Na Bolsa de Valores de São Paulo, da união de várias instituições renomadas, surgiu um "Índice de Sustentabilidade Empresarial", que representa uma cesta de ações de empresas que atuam com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade.

Segundo o sitio da BOVESPA [02], "o índice foi formulado com base no conceito internacional Triple Botton Line (TBL) que avalia, de forma integrada, dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas. Aos princípios do TBL, foram adicionados critérios e indicadores de governança corporativa, a exemplo do índice da Bolsa de Johannesburg. Os quatro blocos temáticos são precedidos por um grupo de indicadores gerais básicos e de natureza do produto. As dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas foram abordadas no questionário a partir de quatro conjuntos de critérios: Políticas (indicadores de comprometimento); Gestão (indicam planos, programas, metas e monitoramento); Desempenho (indicadores de performance); e Cumprimento Legal (avaliam o cumprimento de normas nas áreas de concorrência, consumidor, trabalhista, ambiental, entre outras)".

Ainda na esfera da BOVESPA, outra iniciativa de sustentabilidade merece elogios, a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais, que propicia um ambiente como o de uma Bolsa, para que ONGs levarem recursos de investidores interessados em promover o desenvolvimento socioambiental, com o retorno dos lucros obtidos para toda a sociedade.

No Governo do Estado de São Paulo, surgiram inúmeros projetos que buscam cercar as ações do estado com a responsabilidade sustentável. Diante de um

novo marco regulatório (Lei complementar estadual 1025/07) a SABESP, por exemplo, vem construindo novas diretrizes estratégicas, focando em soluções ambientais, na universalização e na qualidade de seus serviços.

Atualmente, a Empresa pretende buscar o seu crescimento com sustentabilidade, desenvolvendo pró-atividade em seus relacionamentos externos, integrando seus processos e compartilhando seus recursos e estruturas, fixando como meta a inovação.

Não nos esqueçamos que há muito pouco tempo a SABESP era tão somente uma empresa de saneamento, não se preocupando em ser nada além disso.

No Governo federal, existem centenas de iniciativas semelhantes, espalhadas nos Ministérios, nas Agências, nas Estatais e nas mais variadas políticas públicas. Em breve espera-se que todas as compras do governo federal terão de seguir regras de sustentabilidade.

Enfim, a sustentabilidade é um fato, é prática e é futuro. Contudo, apesar de um aparente apogeu, sua importância filosófica não a está levando à sua materialização enquanto um fim. A sustentabilidade continua sendo praticada enquanto atividade meio, embora objetive um aparente fim. Em verdade os seus processos se esgotam por si só e não se somam para entregar um resultado efetivo, economicamente valorado e, portanto, negociável.

Embora pareça envolver a humanidade, que compreende e admira as suas vantagens, a sustentabilidade não recebeu até hoje uma valoração monetária científica, mensurada e específica, dedicada e proporcional a seus programas e efeitos, que realmente leve a população a desejar, em seu íntimo, sem altruísmo, mas ao contrário, por seu interesse pessoal, pagar por ela.

Sem hipocrisia, consoante o que ditam as mais modernas e festejadas "teorias econômicas" [03], o homem é movido por seu interesse pessoal, o que se repete com a comunidade, a coletividade, o estado, o país e o mundo. Não fosse assim não precisaríamos de polícia e não haveria guerras. A sociedade

moderna já seria perfeita, ideal. O equilíbrio e igualdade estariam conquistados, sem a diversidade dos pensamentos econômicos e religiões para fundamentar as razões ou justificar os fins individuais e egoístas da humanidade.

Lembre-mos que anteriormente aos créditos de carbono, as iniciativas ecológicas do ser humano voltavam-se quase tão somente à diminuição da incômoda poluição e do sacrifício financeiro despendido pelo uso dos combustíveis fósseis. Somente com o tempo, puderam ser entendidos e sofridos os efeitos do desmatamento e do aquecimento global.

Se considerarmos o sistema MDL, que propiciou a bilionária negociação atual dos créditos de carbono, podemos dizer que a sua abstração e relativismo eram muito mais previsíveis do que sua concretude e viabilidade, tanto por seus aspectos atuários e econômicos, quanto políticos. Mas, mesmo assim, talentosos técnicos conseguiram interpretar "nuvens" de gases voláteis e valorá-las em um sistema compensatório que pudesse ser financeiramente operado na esfera física e virtual.

O que é hardware? E os PCs? O que são programas de computador? O que é realidade virtual? E a holografia? E a genética? A robótica? Nada mais são do que avanços científicos que materializaram criações que surgiram até em garagens, mas que se tornaram sinônimos de tecnologia, que deixariam corado o brilhante naturalista Charles Darwin, em toda a extensão de sua criatividade.

Melhor exemplo se dá ainda com os derivativos financeiros que levaram o mundo à crise de 2008. Alguns financistas conseguiram transformar uma miragem em uma representação holográfica do lucro, derivada da cega ambição em escala. O lastro era relativo. A regulação era desnecessária. Até o dicotômico Keynes não hesitaria em se empolgar.

Tantos exemplos demonstram que é plenamente factível atribuímos valor financeiro à sustentabilidade, criando índices que a reflitam e que possam ser negociados em um ambiente físico ou virtual como o de uma Bolsa de Valores.

A maior dificuldade talvez fosse a da metodologia a ser empregada na construção de um índice que ponderasse adequadamente a imensa quantidade de conceitos e variáveis envolvidos, com o enunciado da sustentabilidade, em suas diversas características.

Contudo, se considerarmos a evolução da construção de índices no Brasil e no mundo, ficaríamos surpresos. Desde a criação do cinquentenário PIB, inúmeros foram os avanços que vieram segmentando temas e abrangências para poder quantificar e situar corretamente a mensuração e relativização da informação. Atualmente, dizem os pesquisadores que já temos índices de 3ª geração [04].

Podemos citar incontáveis Instituições que possuem trabalhos estupendos na arquitetura e construção de índices, da já mencionada BOVESPA ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a FGV – Fundação Getúlio Vargas e a Fundação SEADE ao PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Com certeza a sociedade brasileira já conta com Instituições e técnicos que poderiam criar um Índice de Sustentabilidade ou mesmo uma cesta de índices específicos, que pudessem ser valorados e negociados em Bolsa. Ainda que se pensasse nos problemas da abstração na construção de um Índice de Sustentabilidade, tais problemas poderiam ser arquitetados por critérios específicos e quantificáveis, que suprissem ou sobrepujassem seus aspectos genéricos ou falhas de cobertura.

Em verdade, diante das frenéticas transformações da sociedade moderna, o índice ideal para a sustentabilidade não seria aquele que cobrisse tudo, mas sim aquele que cobrisse bem e suficientemente, de maneira proporcional, as principais nuances do enunciado e que, ao mesmo tempo, considerasse bases sólidas e oficiais, formadas e aceitas democraticamente pelos agentes, para que este pudesse ser traduzido por um valor monetário.

Temos de refletir ainda que a construção de um índice deve se aprimorar ao logo do tempo, a partir dos aspectos concretos e abstratos que o mesmo deve cobrir ou valorizar, para que seja encontrado um modelo ideal que reflita as tantas nuances da Sustentabilidade. A grande dificuldade, portanto, não seria a operacionalização do índice em si, mas sim a regulação de um novo mercado em que ele se inseriria, especialmente caso desejemos atribuir a ele um valor financeiro.

Em razão de o tema ser muito amplo e, obviamente, mais afeito aos acadêmicos e técnicos, bem mais preparados do que este que assina a presente proposta, não há como encontrar na presente reflexão um caminho único para que se encontre a valoração financeira do índice de sustentabilidade e dos agentes que eventualmente se interessem por regulá-lo.

Mas algumas vertentes estruturantes merecem ser lançadas e sugeridas. Ao menos duas, na seguinte ordem: a conceituação (consciência, diagnóstico, escopo, eleição de prioridades, metodologia, mensuração de objetivos e valoração) e a regulação (agentes, objetivos, normas e mercado) que deve segui-la, partindo do princípio de que a missão do índice de sustentabilidade é a de valorar e criar um mercado para o "equilíbrio", um termo objetivo e adequado para a razão de sua existência, na amplitude que se fizer possível em uma equação de tempo e espaço.

O termo equilíbrio é objetivo, pois representa um encontro tangível de forças que levam à estabilidade e é adequado, pois reveste as várias características da sustentabilidade de maneira concreta e harmônica, com os esforços proativos sendo recompensados pelos negligentes ou indiferentes, assim como ocorre com os créditos de carbono, um mercado em que são creditados e pagos apenas os responsáveis, enquanto que, de outro lado, os devedores sabem que sua postura continuará a gerar débitos e descrédito, enquanto não mudarem as suas práticas.

Na valoração da saudável busca do equilíbrio, da sustentabilidade, não mais há espaço para o mero discurso empresarial ou governamental despido de

exemplos, pois este se torna antieconômico e exponencialmente ridículo. Peguemos um exemplo concreto que ocorre em São Paulo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA(ISE).

A maior empresa de saneamento da América latina e uma das maiores do mundo, a já citada SABESP, que tem inclusive a sustentabilidade em sua missão e o Governo do mais poderoso estado brasileiro como seu maior acionista, representa ínfimos 1,5 % do índice, ficando atrás de várias empresas de energia, aço e telecomunicações.

Independentemente do modelo ou formato de cálculo do ISE/BOVESPA, que hoje é apenas um referencial, aponte-se que os dois maiores bancos privados brasileiros, o Bradesco e o novo Itaú-Unibanco são dignos de menção honrosa, pois representam em torno de 50% da composição do índice, que tem um valor estimado atual de aproximadamente 160 bilhões de dólares [05]. Os números demonstram empiricamente o grande peso da sustentabilidade nas práticas empresariais e um altíssimo valor agregado, representando um mercado de centenas de bilhões de dólares.

Se considerarmos as deficiências e as imperfeições dos mercados então, não há como não transformar em instrumento financeiro os índices de sustentabilidade.

Se pensarmos nas tantas práticas de governo ou empresariais sem qualquer comprometimento com a sustentabilidade (equilíbrio), no alto custo da pirataria e da informalidade, do uso indiscriminado de combustíveis fósseis não renováveis e do desmatamento, da utilização de processos sujos de produção e da não transformação dos resíduos em energia, concluímos que alguns espertos estão privatizando os lucros e socializando os seus dejetos para todo o restante da população.

De tal forma, do ponto de vista coletivo, para a valoração do equilíbrio, o preço da irresponsabilidade deve ser agregado ao custo da prática, produto ou

serviço entregue, ao mesmo tempo em que aquele que adota mecanismos limpos deve ser bonificado à expensas do irresponsável.

Portanto, atribuir valor financeiro aos índices de sustentabilidade e induzir a sua negociação no mercado, significaria dar valor concreto e recompensação financeira aos mais saudáveis e modernos atos empresariais, que poderiam ser traduzidos em vantagens creditícias ou incentivadas.

Todas as empresas que tiverem consciência do valor do equilíbrio, sem dúvida nenhuma, se esforçarão em lucrar com ele. Em contrapartida, aquelas que acreditam e apostam na ignorância do mercado, teriam que rapidamente modificar suas práticas.

A vertente sugerida da conceituação faria com que muitas hipocrisias fossem enfrentadas, valorando corretamente as práticas empresariais, ao incentivar os bons e desestimular os ruins.

Até a governança corporativa, os planejamentos tributários e os lançamentos e anotações nos balanços precisariam ser repensados, pois tais conceitos seriam diretamente atingidos e sofreriam com a concretude material da sustentabilidade, que deixaria de ser utópica e aparentemente intangível.

No Brasil atual temos mais de uma centena de incentivos que poderiam inspirar uma ótima conceituação para a valoração financeira de um índice de sustentabilidade. Do Bolsa Família e bolsa estudo aos programas tributários como o da nota fiscal paulista, encontramos iniciativas e políticas públicas que fomentam o desenvolvimento e o equilíbrio. Por que não utilizar tais exemplos para inspirar a valoração financeira de práticas sustentáveis?

Como estamos falando em políticas públicas, devemos aproveitar e abordar a vertente da regulação para o mercado de sustentabilidade.

O ideal seria que o Estado brasileiro, em todas as suas esferas e dentro de suas respectivas competências, regulasse o mercado de sustentabilidade, o

que poderia se dar tanto em um ambiente físico como o de uma Bolsa como a BOVESPA, quanto em uma Câmara de compensação e até em um ambiente virtual, organizado e regulado pelos agentes do Estado de maneira integrada.

O governo deveria ter autocrítica e não mais levantar frondosas bandeiras para programas tímidos ou minúsculos, embora com aparência de ambiciosos, como aqueles que terminam apenas incentivando a compra de papel reciclado ou a separação do lixo nas repartições. Como já dissemos, a sustentabilidade é muito mais!

Os programas deveriam ser melhor definidos e quantificados, avaliados e incentivados conforme suas características recuperadoras, estruturadoras, exeqüíveis, imprescindíveis, includentes ou harmonizadoras, com metodologia e valoração específica, diante do objetivo maior da sustentabilidade.

A lei realmente daria as mãos aos conceitos econômicos, não mais como mera ficção ou obrigação, mas sim como prevenção e planejamento.

Ora, é acaciano que as fontes de energia devam ser renováveis e a produção deva contabilizar tais esforços já. Os resíduos devem obrigatoriamente seguir o famoso ciclo da redução-reaproveitamento-reciclagem. Do uso das matérias primas aos processos utilizados, o custo das práticas empresariais irresponsáveis deveria gerar obrigações a serem liquidadas em benefício daqueles que se esforçam pela produção limpa.

Ousaria até dizer que muitas muitas poderiam ser transformadas em obrigações pecuniárias de caráter privado ou misto, passíveis de liquidação nos mercados, tal como ocorre com os créditos de carbono.

Caso o Estado brasileiro não tenha a criatividade, capacidade ou vontade política poderíamos até contar com uma regulação privada de livre adesão, o que poderia ser debatido e fomentado na esfera das muitas Instituições que vêm carregando o pesado piano da responsabilidade brasileira diante dos mais

diversos mercados. Vejam o admirável exemplo de sustentabilidade que nos é oferecido pelos bancos brasileiros Bradesco e Itaú- Unibanco!

As federações patronais e de empregados, as ONGs, as Cooperativas e as empresas poderiam estar unidas em tal projeto, do mesmo lado da mesa. Do outro, estaríamos todos nós brasileiros, com certeza, aplaudindo a iniciativa. Talvez até dando mais um exemplo da criatividade e versatilidade brasileira para o mundo, um exemplo que pode inspirar ou resultar em uma nova ordem mundial, onde os fins contabilizam e recompensam os meios e não apenas tentam justificá-los.

Por fim, cabe concluir que a presente proposta, sem nenhuma pretensão acadêmica, ousa enfrentar os preconceitos dos sábios, não para recriar a roda, mas para lembrar a muitos para o quê ela serve.

Desculpem a franqueza.

Notas

1. Outras características que gostaria de ressaltar como sendo de grande importância são a cooperação e o respeito pelos mercados. Recomenda-se a leitura do excelente artigo "O QUE IDENTIFICA UMA UNIÃO DE PESSOAS COMO COOPERATIVA?" da autoria do Prof. Dr. Guilherme Krueger, publicada na REVISTA FENOMENOLOGIA E DIREITO - Volume 1, Número 2, Out. 2008/ Mar. 2009 – editada pela EMARF - ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

2. Outras informações no sítio da BOVESPA: <http://www.bovespa.com.br/Noticias/050721NotA.asp#02>

3. Sugere-se a leitura de teoria da autoria dos Professores Erik Maskin, Leonid Hurwicz e Roger Myerson, que alia a ciência econômica com a psicologia e foi premiada com o prêmio Nobel de Economia em 2.007 e chegou a estar estampada nas conceituadas páginas amarelas da Revista Veja (edição 2.053 – 26/03/2008). Na festejada teoria, o Professor Maskin afirma, em resumo, que "A espécie humana é essencialmente egoísta e precisa

freqüentemente receber estímulos individuais". Partindo do princípio de que tal entendimento é atualíssimo e deve ter bastante consistência acadêmica, senão não teria sido premiado com o Nobel, justifica-se a sua adoção em políticas públicas, para que estas sejam mais realistas, criativas e eficientes, ao invés de assistencialistas e resignadas, onde o Estado apenas dá e não procura ensinar (muito menos estimular), por entender que dar um brinde fica mais barato do que educar por longos anos, além de ser premiado com os democráticos votos dos brindados.

4. Vide o excelente trabalho dos pesquisadores de Minas Gerais: Tania Moreira Braga, Ana Paula Gonçalves de Freitas, Gabriela de Souza Duarte e Júlio Carepa Sousa, intitulado "Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar", hospedado no sítio <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140301.pdf>.

5. Ressalte-se que o valor acima atribuído ao ISE é aquele posterior ao da crise mundial de 2008, que reduziu o valor das ações a menos da metade de seu valor anterior.

* advogado, empresário, sócio da Alvares Otero advogados associados e da Algao.Net tecnologia da informação; presidente da Comissão do Cooperativismo da OAB SP; membro da Comissão de Desburocratização da ANOREG/SP (Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo), indicado pela OAB/SP; membro da CECORE - Comissão de Estudos da Regulação e Concorrência da OAB/SP; membro da Comissão de Direito na Sociedade da Informação da OAB/SP; coordenador dos Cursos de "Direito do Cooperativismo" da ESA - Escola Superior de Advocacia de São Paulo;

Disponível em:

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12812>

Acesso em: 24 mai.2009.